



DEPOIMENTO

LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO

Em 2003, servidor aposentado da Câmara dos Deputados. Entre outras atividades na Casa, exerceu o cargo de chefe do Serviço de Administração do Departamento Médico.

Foi presidente da Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados (Ascade).

ENTREVISTADORES:

Glória Varela, Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho, com intervenções de funcionários que acompanharam a entrevista.

LOCAL:

Brasília

DATA:

11/8/2006

DURAÇÃO:

1 hora, 11 minutos

TÓPICOS:

O concurso para a Câmara; a Câmara durante a Ditadura, a invasão da Câmara pelas Forças Armadas em 1966; o episódio da troca de tiros entre os deputados Nelson Carneiro e Souto Maior; a reforma administrativa; fatos interessantes sobre a construção do Congresso; o trabalho na Câmara; a atuação do servidor da Câmara; a vida na Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Para nos situarmos aqui nesse começo, gostaria que o senhor falasse o nome completo, onde nasceu, em que circunstâncias veio para Brasília e para a Câmara.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Tudo bem. Meu nome é Luiz Roberto Bastos Serejo, nasci no Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1941. A minha vinda para Brasília ocorreu em 62, quando eu já tinha um irmão mais velho que já era funcionário da Câmara, e, na ocasião, eu me lembro muito bem, nós estávamos, tanto eu quanto um outro irmão, que também é funcionário da Câmara aposentado, estávamos estudando e tínhamos prestado concurso para o Banco do Brasil em Três Corações, em Minas. Isso no final de 1959, 1960, 1961, mais ou menos por aí. E nós obtivemos a aprovação no concurso e fomos chamados à agência central do Banco do Brasil para nos darem as cidades prováveis para a nossa lotação. A informação que nos deram é que tínhamos quatro opções para escolher: Paracatu, Teófilo Otoni, Campo Belo e Pedra Azul. Imaginem essas cidades em 1960, deviam ser assim... Hoje já estão muito melhores, mas, naquela época, eram péssimas. O salário do Banco do Brasil, na ocasião, era o salário mais desejado pelos jovens e nós não demos nenhuma decisão naquele momento ao Banco do Brasil e eles nos deram trinta dias para fazermos a opção por uma daquelas cidades para sermos nomeados.

Nesse meio tempo, o nosso irmão mais velho, que veio aqui para Brasília em 1960 – foi o primeiro contingente que se deslocou do Palácio Tiradentes para cá, veio, inclusive, coordenando esse grupo – já estava aqui há algum tempo, aí nos ligou dizendo: “olha, esqueçam o concurso do Banco do Brasil, que vai abrir concurso para a Câmara, para auxiliar legislativo, que será simultâneo em Brasília e no Rio”. Aí, largamos tudo de mão e nos dedicamos de corpo e alma ao concurso, que foi muito demorado. Se não me engano, acho que fizemos dez provas. Só fazia a seguinte aquele que passava na anterior. Eu gostaria de fazer uma ressalva, à coordenação do concurso, que era da Dona Nayde Figueiredo, que era assim uma pessoa das mais íntegras que tivemos aqui na Câmara, ela já é falecida. Ela era a coordenadora do concurso. Fizemos as provas no plenário do Palácio Tiradentes, com ela dando todas as coordenadas. Por exemplo, a prova de português, ela pegava os Anais da Câmara, chamava um candidato, sorteava a página. E nós lá, vendo tudo, sentadinhos na cadeira, ali quietos, aguardando, rodava no mimeógrafo na frente dos candidatos. Eu sei que no final, a última prova, que era de datilografia, era obrigatório fazer aqui em Brasília.

A Dona Nayde, com todo o rigor que tinha, marcou a prova para sábado de carnaval. Aí eu falei: “poxa vida, só vai quem estiver a fim mesmo de fazer”. E nós viemos.

Ficamos aqui na casa do nosso irmão. Viemos com trinta dias de antecedência. O candidato, para a prova de datilografia, poderia trazer a sua máquina, e o meu irmão conseguiu duas máquinas alugadas, numa escola de datilografia, e nós ficávamos ali dez horas por dia treinando, porque eram exigidos 180 toques líquidos numa máquina manual. Então, você tinha de bater 220, 240 para poder obter aprovação.

Viemos no dia da prova. Nessa época eu era noivo no Rio, e fizemos a prova. Eu me lembro que fiz ali onde é o Banco do Brasil atual, só que ali eram os gabinetes dos partidos, PMDB [na época era MDB] e outros partidos e, em frente, onde há aquelas máquinas eletrônicas, era o Banco do Brasil. Então, eu fiz a prova ali, naquele *hall* em frente à escada, que dá acesso ao plenário. Eu e mais cem pessoas, mais ou menos, que tinham máquinas. O professor da escola de datilografia daqui de Brasília nos deu uma dica: “não começa na hora em que todo mundo começar; espera um pouquinho, conta até cinco, depois vai no seu ritmo”. Ensinou um esquema de colocarmos duas folhas de papel, uma ao contrário da outra, para quando acabarmos a primeira página, ter uma marquinha e não precisar tirar o papel, porque se tivesse que tirar o papel e colocar outro não daria tempo. Então, tinha um esquema de botar o papel ao contrário, rodar o rolo da máquina ao contrário, o papel já aparecia e você continuava batendo.

Eu sei que depois de toda essa maratona, conseguimos aprovação. O meu irmão, o segundo, foi melhor classificado. Ficou entre os 45 primeiros classificados, que foram imediatamente chamados, e eu fiquei acho que em 109º. Levei um ano para ser chamado e tomei posse aqui na Câmara em 28 de maio de 1963. E aí começou tudo.

A minha primeira lotação foi no Serviço Médico, o meu primeiro diretor na Câmara, a quem gostaria de prestar homenagem, era o Dr. Rodolfo Prado de Almeida Costalat, e o meu primeiro chefe foi Joel Vianna. O Dr. Costalat é falecido; Joel Vianna ainda é vivo e até hoje somos amigos. Fui lotado na Seção Administrativa no Serviço Médico, com o Joel. Ele realmente foi quem me ensinou a trabalhar aqui na Câmara.

Pouco tempo depois, uns dois anos, eu já era substituto dele. E mais uns dois anos ele se aposentou e eu assumi a chefia da seção. Fiquei no Serviço Médico até quando passou a ser Departamento Médico, numa reforma administrativa que houve, e eu passei a ser o chefe do Serviço de Administração. Depois, percorri vários locais aqui na Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mas nessa trajetória, depois que o senhor saiu do Serviço Médico, o senhor chegou a trabalhar diretamente com as áreas envolvidas com o processo legislativo?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Trabalhei na Comissão de Esporte e Turismo, no ano em que ela foi criada. O primeiro presidente foi o deputado Márcio Braga e o vice-presidente era o deputado Oly Fachin. Nessa época, eu estava como vice-presidente da Federação de Futebol de Brasília e, sabendo que eu estava envolvido na área de esporte, chamaram-me para trabalhar com eles.

Daí surgiu uma relação até de amizade com os dois, ao ponto em que, no segundo ano, quando houve a eleição para a mesma Comissão, eles trocaram, o deputado Oly Fachin foi para a Presidência e o deputado Márcio Braga ficou na Vice. E eu continuei com eles.

Quando o deputado Oly Fachin saiu da Comissão, ele fez questão de me levar para trabalhar no gabinete dele, já aqui no Anexo IV. Lembro-me de que ele foi ao Sabino para saber se havia essa possibilidade. Havia, na época. Só podia ter um. E o Sabino me liberou para trabalhar com o deputado. Eu fiquei com ele até a época da Constituinte. A Constituinte foi de 1986 a 1988, não é? Nessa eleição, ele não foi reeleito.

Dali, fui para o Departamento de Pessoal trabalhar com o Botelho e depois fui para a Quarta-Secretaria. Depois o Botelho me convidou para ser o coordenador administrativo do PAE, aquele programa de assistência [escolar] aos filhos dos funcionários. Depois dali fui para a ASA, quando ela foi criada.

Então, a minha passagem na Câmara, tirando esses dois anos que trabalhei na Comissão de Esporte e Turismo, foi praticamente na parte administrativa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Vamos tentar lembrar os fatos que marcaram a sua vida funcional.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Há muitos fatos. Alguns que fazem parte até da história do Poder Legislativo, outros de ordem pessoal, alguns até folclóricos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Vamos falar de ambos.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Então, por exemplo, o histórico. O que mais marcou para mim foi em 1968, quando o Congresso foi invadido pelos

militares, e estávamos aqui. Falando assim, parece que foi de um momento só, mas não foi. Tudo começou com aquele pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves, que os militares consideraram ofensivo às Forças Armadas. Na época, o presidente, se não me falha a memória, era Aducto Lúcio Cardoso. Ele não acatou a decisão para cassar o mandato deles. E eles ficaram sitiados. Lá, inclusive, na emergência do Serviço Médico, que funcionava no térreo do Anexo I. E aí eram cinco deputados que estavam cassados e, nesse meio tempo, todo o Palácio do Congresso estava cercado por policiais civis, policiais federais, na tentativa de entrar e resgatar os deputados lá de dentro. [O entrevistado misturou dois acontecimentos. O episódio da invasão da Câmara dos Deputados pelos militares aconteceu em 1966, por ocasião da cassação de cinco deputados, sob a Presidência do deputado Aducto Lúcio Cardoso. O discurso do deputado Márcio Moreira Alves aconteceu em 1968 e teve desdobramentos que culminaram com a decretação do AI-5.]

A segurança trabalhava muito, fiscalizava muito. Lembro-me de que a minha sala era no terceiro andar. Havia uma lavanderia em que se que lavava roupa de cama, as roupas dos médicos, aquela coisa toda, e a funcionária da lavanderia entrava para pegar e levar a roupa. Numa tarde, na hora em que ela estava chegando com o carrinho, um policial federal – podia ser até militar, mas estava lá à paisana – veio junto com o carrinho para entrar, na tentativa de passar pela segurança da Câmara, para dar ordem de prisão aos deputados ou coisa assim, e a segurança barrou. Na hora em que a segurança barrou, ele levou uma vaia enorme de todos os funcionários que estavam na vidraça e que viram aquilo.

Então foi isso. Começou nesse clima, até que – eu não me lembro exatamente assim o horário, mas foi à noite – o Exército chegou e a primeira providência que eles tomaram foi desligar a luz. Na projeção da rampa do Anexo I havia um gerador de força, eles invadiram aquilo, cortaram a luz, instalaram um ninho de metralhadora voltado para o gabinete do presidente Aducto, cortaram luz, água, tudo, e nós ficamos ali esperando para ver o que ia dar. No final, entraram mesmo e foi um negócio muito constrangedor, porque fizeram um corredor polonês. Todos nós tínhamos que sair e nos identificar como funcionários. Alguns deputados, num ato de rebeldia, rasgavam a carteira e jogavam.

Esse realmente foi o fato mais marcante. Ficamos num período grande com o Congresso fechado. E como fato histórico, esse foi o que mais me impressionou.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Nesse dia do fechamento, o senhor saiu, na hora em que os funcionários...

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Depois... Quando eles autorizaram os funcionários...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor passou a noite aqui?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – É, as sessões antigamente iam até quatro ou cinco horas da manhã. Era normal. Nós já estávamos nessa rotina. Só que era diferente você estar no serviço, trabalhando, e você estar totalmente sitiado, sem água, sem luz, e com forças armadas aqui dentro revistando, identificando todo mundo. Foi realmente um negócio meio violento.

Em relação à parte que se pode chamar histórica, lembro-me muito bem de um tiroteio que houve aqui entre o deputado Nelson Carneiro e o deputado Souto Maior, justamente neste *hall* que fica ali na entrada da escada que dá acesso ao plenário. Eu não sei o motivo da briga dos dois, mas o deputado Nelson Carneiro, subindo aquela escadaria que dá acesso à entrada principal, já encontrou de frente o deputado Souto Maior, que vinha em sua direção, sacou da arma e atirou e o deputado Souto Maior também sacou da arma e atirou. Hoje em dia, se vocês passarem lá e olharem os lambris, ainda há a marca da bala, está lá. Ela ricocheteou nos lambris e foi acertar aquela porta de vidro lá do Senado, na entrada do Senado. Quebrou o vidro. Isso era meio-dia, a hora em que havia o maior número de funcionários entrando e saindo, procurando agências do banco. Mas, graças a Deus, ninguém foi atingido. O deputado Souto Maior foi atingido com duas ou três balas, mas não morreu não. As balas não atingiram órgãos vitais. E foi aquela correria para hospitalizá-lo.

Alguns anos depois, nessa escada preta, que antigamente dava acesso ao gabinete do presidente e às secretarias, também ocorreu um tiroteio entre os deputados Brenno da Silveira e Osvaldo Lima Filho. Está lembrado? Mas eles acertaram só na parede. Ninguém acertou em ninguém. Só acertaram as paredes. A parede ficou cheia de marcas.

Em relação a algum acontecimento administrativo, você gostaria que eu falasse?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sim. Gostaria que registrasse alguma coisa que tenha marcado ou a alguma categoria ou ao senhor particularmente.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Como falei para vocês, a minha vida aqui foi 90% ligada à área administrativa. Eu me formei em administração e depois fiz um curso de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas no Rio. Não era para ser por conta da Câmara, mas acabou sendo, porque houve uma seleção na UnB. Eu fiz a prova e passei. Quando cheguei lá, era uma bolsa oferecida pelo

Ministério de Minas e Energia, e eles exigiam que todas as pessoas que tivessem passado se desvinculassem dos seus empregos. Nessa época, eu já tinha dez, quinze anos de Câmara. Eu falei: “Eu vou largar a Câmara? Nunca!” Eu pensei: “Estou fora da bolsa.” Mas, meu primo, na ocasião, exercia um cargo – não me lembro qual – junto ao Ministério de Minas e Energia e me deu uma solução, que foi a de eu fazer um requerimento à Câmara pedindo que eu fosse admitido no curso como bolsista. Eu estava interessado em fazer o curso, não queria bolsa nem nada, porque eu tinha meu salário aqui. Eu queria fazer o curso e adquirir conhecimentos.

Depois de alguns meses, o processo andou aqui dentro, o Jairo, que era o chefe de gabinete do primeiro-secretário, na época – não lembro o nome do deputado, mas me lembro do Jairo, porque era irmão do Joel, e nós somos amigos até hoje –, deu uma força para mim e depois de quatro ou cinco meses... inclusive durante esse período eu tive o meu salário bloqueado. Mas a sorte é que minha mãe era viva, e eu estava morando com ela no Rio. Depois dos quatro ou cinco meses, foi aprovado esse meu requerimento e eu passei a receber normalmente.

Ao fim daquele ano que fiquei fora da Câmara, eu já voltei para aqui com toda disposição para o trabalho, de renovação, de propor idéias novas, aquela coisa toda. Logo em seguida, houve uma reforma administrativa, para o qual foi criado um grupo [de trabalho] de funcionários da Câmara. O Botelho, com quem eu já tinha participado de outros trabalhos mais ou menos semelhantes, chamou-me para fazer parte do grupo. E tivemos participação muito grande na reforma da estrutura da Câmara. De lá para cá, a coisa mudou muito, mas até hoje a gente vê que alguma coisa ainda está vigorando.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Essa reforma mudou muito a estrutura da Câmara?

LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Com essa proposta apresentada ao final, houve uma revolução aqui na Câmara em termos de métodos, de sistemas; foi onde começou, bem lá no embriãozinho, a parte de informática, essa coisa toda.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – No dia-a-dia do funcionário, essa reforma alterou alguma coisa?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Alterou, porque, nessa reforma, formaram-se três grupos: o grupo de estrutura administrativa, o da parte legislativa e o de política de recursos humanos, política salarial e plano de carreiras. Então,

gerou realmente alguma coisa de que os funcionários obtiveram alguns benefícios. Refiro-me exatamente à Resolução nº 20.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Estamos falando de coisas sérias. Vamos tentar lembrar de alguma coisa engraçada que tenha acontecido e o senhor tenha presenciado.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Bom, tem algumas.

Bem no comecinho dos anos 60, havia o plantão no Serviço Médico. O pessoal trabalhava 24 horas. Juntava o pessoal da segurança, à noite, naquele espelho d'água do Anexo I. Esse local ficou assim dez anos sem ser limpo, porque a água não sujava. Não havia poluição nenhuma. Hoje em dia, a todo momento, precisa-se limpar.

Então, havia os pescadores da Câmara que jogavam peixes lá. Então, tinha peixe de dois quilos ali dentro. Chegava à noite, por dentro da persiana, jogavam a linha com anzol. Pescavam os peixes e, à noite mesmo, assavam e comiam ali mesmo.

Só que um dia, houve um problema muito sério porque o terceiro-secretário na época, deputado Aniz Badra, doou uns gansos para enfeitar o lago. Daí, começou a ter ganso, cisne, pato e tal. Aí é que começou a sujar a água mesmo.

Então, um belo dia, eles estavam pescando lá, eu me lembro que um colega meu – eu não sei se a gente pode dizer o nome aqui – estava jogando a linha dele para pescar. Aí gritou: “Ih! Deve ser um enorme, um grande”. Então, ele veio puxando e era um ganso.

Foi um problema seríssimo. Eles estiveram que entrar no laguinho porque o anzol estava preso no ganso. E o ganso era do deputado. E eles tiveram que tirar o ganso da linha. Um entrou no lago para cortar a linha.

Levaram o ganso lá para a enfermagem do serviço médico para fazer uma pequena cirurgia nele e tirar o anzol do ganso e soltá-lo de novo, porque, senão, no dia seguinte, ia ser um drama. Todo mundo iria para a rua. Então, esse foi um dos fatos extremamente engraçados naquela época.

Tem muita coisa. Em 1964 tinha uma colega nossa também que, em respeito, não vou dizer o nome dela. Isso ocorreu na entrada principal. Naquela época, eram pouquíssimas pessoas que tinham carro aqui em Brasília. Então, o funcionário parava o carro na entrada principal. Ali havia umas vagas. Você chegava, parava, colocava o carro ali, numa boa.

E ela, que tinha tirado carteira recentemente, comprou um Fusca. E, já no final do expediente, ligou o carro. O carro estava engrenado. Fusca, todo mundo sabe da história do fusca no Brasil, era um carro que tinha uma primeira muito forte. Na hora que ela ligou a chave e deu contato, o carro deu um salto para frente. E ela, assustada, ao invés de pisar no freio, pisou no acelerador. E o carro foi parar lá na frente, quebrou a vidraça toda da Câmara. Foi parar no paredão de mármore branco.

Isso era 6h30 da tarde, tinha um fluxo enorme de gente ali. Graças a Deus não atingiu ninguém. O banco quebrou e ela caiu para trás com impacto na parede. Também não se machucou nada não. Mas também foi um fato extremamente engraçado.

Teve um outro também. Eu já tinha meu Fusca e um colega nosso lá do Serviço Médico comprou um carro usado. E ele, todo orgulhoso, estacionou no Senado – eu parava sempre ali no Anexo I – e falou: “Olha Serejo, sai, vai devagarzinho e pára um pouquinho antes da saída do Senado, que eu vou sair para você ver meu carro”. E eu – eu não tinha um Fusca, eu tinha um Simca, nessa época – parei ali, na hora que todo mundo saía. Não é que veio um colega nosso, distraído, e, inadvertidamente, se chocou na traseira – ele tinha um Fusca – se chocou na traseira do Simca, que estava parado! Eu saltei assustado. Quando saio do carro, vejo – esse eu posso falar o nome dele, porque é o Arnaldo, eletricista – ele ficou preso entre o volante e o painel do fusca. Estava pálido. Eu disse: “Matei o homem”. Mas o pior, o mais engraçado, não foi isso. Ele estava dando carona para três telefonistas e tinha uma que era chefe das telefonistas – não vou aqui emitir o nome dela porque ela é muito vaidosa. E ela estava no banco de trás. A que estava na frente, se machucou. Houve pessoas feridas. Só que ela, na época, usava dentadura. Com o impacto na traseira do meu Simca, a dentadura dela caiu. Quando todo mundo viu a batida do carro e todo mundo correu para socorrer, ela ainda estava dentro do carro e, preocupada com a beleza dela, ela ainda estava procurando a dentadura no fundo do Fusca. E achou. Não tinha acontecido nada com ela. Ela estava perfeita. E ela achou a dentadura, assim que achou, colocou na boca. Só que a dentadura estava cheia de vidro. Aí, quando ela botou a dentadura na boca, cortou-se toda. Aí, foi mais uma para ser socorrida. Então, tem vários assuntos pitorescos para...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Serejo, contam muito que um ponto para se suicidar em Brasília era o Anexo I. Isso é verdade?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Como?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Um ponto de suicídio em Brasília.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Bom, isso foi bem mais para frente, né? O Anexo I tem uma história da época da construção. Primeiro, ele era conhecido no meio dos peões, dos candangos, como “O 28”. Por que “O 28”? Porque na época da construção um andaime despencou dos últimos andares, já com a estrutura pronta, e havia trabalhadores e engenheiros. Na época, eu não me lembro exatamente quem era o médico, o único médico que havia em Brasília, quando chegou e desceu... Dizem que tem uma profundidade enorme o alicerce até chegar lá embaixo. Então, era uma escavação muito profunda. Eles despencaram lá de cima e até chegarem lá embaixo, morreram todos. Quando o médico chegou, constatou que estavam mortos. Chegou o trator e ali jogou... e ficou todo mundo ali. Está todo mundo ali. Fora isso, os peões não estavam acostumados à construção de nível elevado. Vieram do Nordeste, onde estavam acostumados a construir casa de sapê. Então, quando tocava a campainha para o almoço, eles saíam correndo e despencavam lá de cima, do 12º, do 15º, caíam e morriam. Não só aqui, mas em vários outros prédios de Brasília acontecia isso. Eles, acostumados à construção no nível do chão, quando tocava a sirene para a hora do almoço, eles despencavam pela janela, lá embaixo.

De suicídio mesmo, que eu me lembro foram dois. Um rapaz que foi no 28º, onde funcionava até um órgão, acho que era a Confederal na época, uma empresa de limpeza. Ele chegou sem dizer A ou B, tomou distância e se jogou no vidro que se espatifou e ele caiu. Quase que em cima da rampa, caiu a uns dois metros da rampa, dentro da água. Teve morte instantânea. E depois, não sei se foi um outro rapaz ou uma moça. Isso já tem uns dez anos, por aí. Foi mais recente, que houve essa segunda morte por suicídio.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Você consegue estabelecer uma diferença entre a Câmara de quando você começou a trabalhar e a Câmara hoje, em relação ao corpo de funcionários, ao relacionamento das pessoas?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Ah, sim. Isso hoje eu sinto. No nosso tempo, havia uma amizade muito grande. Como, por exemplo, no meu caso, eu trabalhava na área administrativa e me relacionava com todos os colegas que trabalhavam na área legislativa também. Então, havia uma integração muito maior, uma confiança, uma solidariedade, um espírito de cooperação muito maior. Confesso a vocês, não sei, pode até ser natural, mas hoje, por exemplo, quando venho à Câmara e entro em determinado departamento, sinto que as pessoas estão ali cumprindo a sua obrigação, não estão preocupadas em se relacionar, em manter um espírito de união. Sinto isso. Acho que houve uma perda, não da qualidade, porque acho que

funcionário da Câmara sempre vai ser funcionário da Câmara, mas nesse aspecto de relacionamento, de confraternização que havia. No fim de semana, nos encontramos no clube, na casa de um, na casa de outro. Não sei, tenho a impressão de que houve uma perda nesse tipo de relacionamento.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O clube que você menciona é o Clube do Congresso?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – É. No Clube do Congresso era sábado, domingo, todo o fim de semana. E havia um relacionamento não só entre os funcionários, mas com os deputados também. Tínhamos uma relação com eles e eles conosco, daí porque sempre tivemos uma qualidade... um aspecto até político. Hoje, se puder retornar... é que hoje estamos perdendo os nossos direitos, nossas conquistas.

Na época da revolução militar havia um grande problema. É que os militares queriam a paridade. E tínhamos aqui o deputado José Bonifácio, que foi presidente da Câmara e durante muitos anos primeiro-secretário. Ele era um homem ligado ao governo revolucionário, mas ia para a tribuna dizer: “Não! Não vai fazer paridade nenhuma, porque os funcionários da Câmara são os melhores, têm de ganhar mais, são diferenciados”.

Hoje em dia não vemos isso. Eu pelo menos tenho acompanhado esses últimos acontecimentos pela TV Câmara e, realmente, não vejo uma voz se levantar para defender o funcionário da Câmara, a qualidade, o zelo profissional, a dedicação que tivemos e que sei todos vocês estão tendo até hoje. Então, ele não admitia. Não admitia e não fizeram! O outro lado tinha força. E ele conseguia, ele botava questão fechada. Não conseguiram fazer paridade nenhuma, porque ele não admitiu.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Ao longo de todos esses anos de presença na Câmara, como o senhor via os deputados daquela época, o que foi acontecendo ao longo do tempo e como são os deputados hoje?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – É complicado. Posso fazer uma comparação. Como se fosse uma pirâmide. Não sei se é vaidade, mas eu tenho uma satisfação muito grande de ter servido, de ter trabalhado numa casa política como a Câmara dos Deputados no tempo que foi. Eu peguei de 1963 e me aposentei em 1995.

Então, com o regime militar, a coisa começou a ficar ruim não pela qualidade, mas porque os melhores foram banidos. Então, eu comparo como se fosse uma pirâmide. Naqueles anos, o vértice da pirâmide corresponderia a, digamos, 10%

de “maus parlamentares”. Eu acho que hoje em dia a coisa virou. Se você tiver 10% de bons parlamentares... a coisa está por aí, porque eu acho que esse sistema, inclusive de votação...

Fiquei horrorizado com a votação da Reforma da Previdência, onde via um plenário lotado de parlamentares e meia dúzia decidindo. Se você pegar vinte deputados hoje que saibam exatamente o que é um problema de Previdência no Brasil é muito e houve trezentos e muitos que votaram a favor de um projeto do governo e que não sabem o que é aquilo. Por quê? Porque meia dúzia controla.

Na época da Constituinte é que foi criado o voto de liderança. Não havia isso. As matérias passavam pelas comissões, iam para o plenário e você não sabia o que ia dar, porque cada um votava de acordo com a sua consciência, com o que achava que tinha de ser feito. Discutiam, debatiam e não havia esse controle da opinião dos parlamentares. Para acelerar a votação, na Constituinte, eles criaram a Comissão de Sistematização; havia as comissões técnicas, que aprovavam a matéria, a qual ia à Comissão de Sistematização, que era quase um miniplenário. O assunto era aprovado na Sistematização, com o apoio das lideranças – criaram os votos dos líderes –, e, depois, aprovado em Plenário. Isso permaneceu na praxe, na prática. Acho isso errado, porque o deputado tem de ser respeitado pela sua opinião, tem de ser valorizado; podemos até divergir da opinião de alguém, pois cada pessoa tem sua formação, mas ser penalizado ou perseguido porque tem opinião contrária a alguma tese é um absurdo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor lembra de algum parlamentar que, de alguma forma, tenha chamado sua atenção por causa da atuação?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Vários. Na Comissão de Constituição e Justiça, tivemos o Djalma Marinho, uma verdadeira sapiência, o Pedro Aleixo, o Carlos Lacerda, o Almino Afonso, o Bilac Pinto, o Adauto Lúcio Cardoso. É até difícil lembrar de todos, porque eram muitos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O que chamava a atenção sobre essas pessoas? Sua presença, sua atuação?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – A atuação na tribuna, o respeito que o parlamentar transmitia. Para que se tenha uma idéia, um deputado entrava numa sala, em qualquer órgão da Câmara dos Deputados, e os funcionários se levantavam em respeito a ele. Se houvesse funcionários no elevador e entrasse um deputado, havia silêncio. Hoje em dia, não vejo acontecer dessa forma.

Por isso, digo que a qualidade do parlamentar atual realmente deixa a desejar, com todo o respeito que mantenho para com o Poder e com os parlamentares. Isso não aconteceu por acaso; foi consequência desses vinte anos de ditadura. Todas as lideranças civis foram cassadas; a formação das lideranças era justamente a escola. Lembro que, do primeiro ano primário até o terceiro científico, eram todos da mesma turma, os mesmos colegas. Ali se sabia quem era o orador, quem era o poeta, quem era o artista, quem era o pintor, quem era o engraçado...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Quem jogava futebol.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Quem jogava futebol. Portanto, era na escola que se formavam todas as lideranças e esse esquema foi quebrado, para que não surgissem novas lideranças. As que já haviam foram cassadas e a forma de surgimento de outras foi banida. Hoje em dia, tenho filhos fazendo faculdade e percebo que se faz uma matéria numa sala, depois noutra, e se convive com pessoas diferentes, ou seja, não se cria aquela amizade, aquele relacionamento que propicia o surgimento das lideranças. Isso foi feito de propósito. Muitas gerações ainda terão de surgir para que retorne aos eixos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Os funcionários participaram de alguma forma desse processo da reforma administrativa? Havia a possibilidade de apresentação de sugestões; havia representantes?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Nós íamos em cada local. Por exemplo, ao Departamento de Finanças ia uma equipe para levantar toda a rotina administrativa do órgão, conversar com as chefias, conversar com os funcionários, perguntar se eles estavam satisfeitos com a realização daquela forma, quais eram as suas expectativas. Tudo isso era levado em conta; chegavam-nos essas informações e, de acordo com elas, preparávamos, no que fosse cabível, o anteprojeto, que depois seria levado à consideração superior.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Acho que até caberia levantarmos coisas dessa resolução que ainda estão em vigor.

O SR. ENTREVISTADOR – A maioria delas. O que mudou um pouquinho foi a estrutura administrativa dos órgãos. Alguns eram coordenações, outros se transformaram em departamentos. A Secon [Secretaria de Comunicação Social], por exemplo, era um serviço, depois passou a ser uma assessoria, depois passou a ser uma secretaria.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Acho que no final a gente poderia fazer uma janelinha no nosso livro para falar sobre isso.

PARTICIPANTE – Hoje qualquer coisa que se altera é em cima da Resolução 20. Para os nossos concursos atuais se estuda a Resolução 20 com as alterações.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Exatamente.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Sobre o Plano de Carreira, depois, houve uma outra comissão. Trabalharam a Dona Marialba e a Dona Iris. [As servidoras Marialba de Lima Mesquita e Iris Berlinck fizeram parte da Comissão que estudou e adaptou um antigo projeto de Reforma Administrativa da Câmara dos Deputados feito pela Fundação Getúlio Vargas e que foi o ponto de partida para a Reforma Administrativa consolidada na Resolução 20. Essa Resolução demandou algumas ações posteriores, como o remanejamento e reclassificação dos servidores e, depois, a questão dos planos salariais.]

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Trabalhei paralelamente a eles.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Essa segunda comissão foi quando?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Já foi mais para a frente. Acho que foi em mil novecentos e oitenta e pouco.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Entre 1979 e 1981?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – A 20 é de 1971. E essa já foi em mil novecentos e oitenta e pouco. Junto ao plano de carreira, também tinha uma nova estrutura. Algumas coisas até foram modificadas, mas, no final, nada foi para frente, a não ser o plano de carreira, que foi uma batalha. Na realidade foi aprovado em 2002. Isso já vem de mil novecentos e oitenta e pouco. Depois foi feito um trabalho de base até que chegasse à aprovação. E foi implantado em 2002.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Esse projeto em que estamos trabalhando é em função dos 180 anos do Legislativo no Brasil, tomando por base o ano de 1823, que foi a primeira Constituinte, no Império. Então queria saber sua opinião sobre o Legislativo, a atuação parlamentar, sobre seu papel, a função da Câmara dos Deputados na história do país.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Acho que é de suma importância. Eu tenho, inclusive, uma raizinha. Meu avô Joaquim de Albuquerque Serejo foi Constituinte, em 1946. Há até um livrinho dele aí. Acho realmente que uma das

molas mestras de uma democracia é o Poder Legislativo. Fico aborrecido e muito chateado quando vejo a imprensa e os formadores de opinião, principalmente os comentaristas de televisão, falarem mal ou tentarem denegrir a imagem do Congresso. Isso me deixa extremamente aborrecido. Fico mais aborrecido ainda quando não vejo uma reação à altura. Posso até voltar um pouco no tempo, quando havia aqui o Comitê de Imprensa onde jornalistas e jornais eram credenciados para poder atuar aqui dentro, mas com uma crítica responsável. Quando a crítica não era responsável, o jornalista e o jornal eram descredenciados. Havia uma defesa institucional aqui dentro. Hoje em dia não vejo isso.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Qual órgão fazia isso? A Secretaria-Geral da Mesa?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – A Primeira-Secretaria. Por coincidência muitos anos durante a gestão do deputado José Bonifácio, que realmente era um defensor. Acho que tinha que ser assim. Evidentemente, por ele ser o primeiro-secretário, havia uma representação dos demais que o elegeram para aquele cargo. Então, ele sabia que, em nome da Instituição, tinha que tomar atitudes em defesa da Casa. Hoje não vejo isso. Vejo vários órgãos da imprensa, vários canais de televisão com críticas as mais absurdas, numa tentativa mesmo de jogar a opinião pública contra o Poder Legislativo. E depois... acontece o que já aconteceu! Vêm e fecham! Aí, depois todo mundo: “Ah!!!... Mas... Como é que...?” Não é?

Então, acho que é fundamental numa democracia a existência do Parlamento. Parlamento livre. Parlamento que tenha condições de expor e debater suas idéias e propor as leis para melhor administrar o país. Isso é fundamental.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Ficou alguma pergunta que o senhor acha que deveria ter sido feita, algum assunto que o senhor acha importante falar, como por exemplo: coisas que o aborreciam, que o deixaram triste ao longo desses anos?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Não sei se é porque sou de libra, mas o que mais me aborrece é a injustiça. Somos humanos. Durante todo o período que trabalhei aqui, não só aqui, mas em qualquer lugar, vimos injustiças sendo cometidas.

Tenho até um pequeno fato que aconteceu comigo e gostaria, se possível, de narrá-lo e, ao final, prestar uma homenagem.

Em 1968 entrei para a faculdade no Ceub. O primeiro ano da fundação do Ceub foi em 1968. Eu estava fazendo o curso técnico de Contabilidade em 1967. Naquele tempo, à época da elaboração da proposta orçamentária era uma confusão – confusão no bom sentido – porque havia um movimento muito grande de emendas dos deputados. O meu cargo era o de auxiliar legislativo, que, em última análise, era o de datilógrafo. Então, o diretor da Comissão de Orçamento, Sr. Décio, arremetia em toda a Câmara os datilógrafos para datilografarem as emendas dos parlamentares.

Quando terminávamos o nosso expediente, vínhamos para o Anexo II, para a Comissão de Orçamento, e virávamos a noite inteira trabalhando, batendo emendas para, no dia seguinte, às oito horas da manhã, estarmos aqui novamente – não havia ponto. Houve um dia em que eu tinha prova – eu fazia o curso de técnico de contabilidade lá no Colégio La Salle –, e eu falei para o Décio que não poderia vir naquele dia. Um colega trabalhava um dia e outro colega no dia seguinte, porque senão ninguém agüentava, morria. O diretor-geral, Dr. Luciano, chamou-me: “Serejo, hoje você vai trabalhar na Comissão de Orçamento.” Eu falei: “Olha, Dr. Luciano, eu tenho uma prova hoje.” Ele disse: “Então, você vai lá e conversa com o Décio.” Eu vim e conversei. Ele falou: “Não! Tem que chegar aqui às seis horas e ficar a noite toda.” Eu voltei e falei com Dr. Luciano. Dr. Luciano falou: “Então, está bem.” Mas, nesse meio tempo, havia um diretor, junto com o Dr. Luciano, que não gostava muito de mim, não sei por quê; eu nunca tinha feito mal a ele. Esse diretor levou o Dr. Luciano a tomar uma decisão equivocada e disse: “Olha, eu recebi a ordem, a comunicação, por meio do meu diretor, que você está proibido de prestar serviço extraordinário na Câmara, porque se negou a colaborar com a Casa.”

Nessa época, eu tinha 21 anos, fui acometido de uma crise nervosa. Chorei muito na época. Eu estava sozinho lá na minha Seção, chorando, e a Dra. Ester Piquet Martin, diretora da Mecanografia, passou, me viu naquele estado. Me chamou e perguntou: “Serejo, o que está acontecendo?” Eu contei tudo para ela. Ela falou: “Em hipótese alguma! Isso não pode acontecer! É uma injustiça o que fizeram com você. Não admito!” Ela foi para lá, brigou, brigou... Dois, três dias depois Dr. Luciano me chamou e revogou essa punição.

Então, foi realmente uma injustiça porque eu tinha um motivo justo. Era uma prova. Eu me propus a, depois da prova, vir fazer o trabalho. A minha homenagem é justamente à Dona Ester, uma pessoa que dedicou sua vida à Câmara, assim como várias outras. Se eu pudesse até falar o nome de algumas pessoas que eu gostaria de homenagear e também lembrar seria muito bom. Elas também deveriam ter

oportunidade de vir aqui prestar depoimento, pois são pessoas que se dedicaram e vestiram a camisa da Instituição.

A Íris Berlinck é uma delas. Já está agendada? Ela está morando em Belo Horizonte. Vou até ligar para ela hoje dizendo que estive aqui. Somos amigos. A relação profissional que tivemos aqui gerou uma amizade, assim como várias outras. Então, se ela viesse, eu gostaria que vocês me avisassem, pois eu gostaria de estar aqui também.

Já falei do meu primeiro diretor, o Dr. Costalat, e do meu chefe, o Joel Vianna. O diretor-geral que me deu posse foi o Dr. Floriano Ramos, que ainda está vivo e mora em Petrópolis. O presidente da Câmara que assinou o ato de minha nomeação foi o deputado Ranieri Mazzilli. Fora isso, a todos aqueles colegas com quem convivemos durante o período da nossa passagem aqui na Câmara, de 1963 até 1995, rendo minhas homenagens. Pena que cada um segue seu caminho. Perdemos o contato com muitos, mas sabemos que ainda estão vivos. Àqueles que já se foram, também a nossa homenagem.

Obrigado por vocês me receberem aqui.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Diga-me uma coisa: esse tipo de injustiça que o senhor sofreu era comum? Os funcionários ficavam muito na dependência das decisões pessoais dos diretores?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Não, eu não considero que isso tenha sido a norma, a praxe; não era. Como eu falei, foi um fato isolado. Havia um diretor na hora lá em que eu justifiquei, que não gostava de mim... nunca tive nenhum contato com ele, mas o anjo da guarda dele não batia com o meu. E aí ele deu essa má sugestão. Aí, o Dr. Luciano, pela emoção ali do momento, achou que devia tomar aquela decisão. Fiquei sabendo que o Dr. Luciano também vem prestar depoimento e faço questão de estar aqui e dar um abraço nele.

Ah, sim, além da minha atividade aqui na Câmara, durante quatro anos fui presidente da Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados (Ascade). E para mostrar realmente que o Dr. Luciano... ele se deixou levar, na época ele era o diretor-geral e me deu total apoio a todas reivindicações viáveis, evidentemente, que levávamos à consideração da administração da Câmara. Ele era o primeiro a encampar e dar apoio. Então, ele não tinha nada de pessoal em relação a mim. Ele sempre foi uma pessoa muito séria e muito digna aqui na administração da Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – A Ascade foi criada quando?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – No Rio ainda. Ela foi criada como uma mútua. E com a transferência aqui para Brasília... a maioria dos funcionários, o maior contingente de funcionários da Ascade era o pessoal de portaria. Tanto que no Clube do Congresso não era permitido o funcionário de portaria se associar, era só o pessoal de secretaria.

O maior contingente de funcionários, quando houve a mudança para Brasília, residia na 409, 410 sul. Daí eles conseguiram para a Ascade aquele terreno ali na 609 sul e saiam a pé das casas para o clube.

Hoje em dia a Ascade cresceu muito, já tem a sede náutica. Agora até arrendaram o prédio para a Associação dos Aposentados (ASA). Então, durante nossa gestão à frente da Ascade, aconteceram alguns fatos engraçados, pitorescos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Antes de o senhor se referir aos fatos engraçados, gostaria de saber o seguinte: a Ascade chegou a constituir algum instrumento de defesa do funcionário ou ela sempre atuou mais na parte social?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Estatutariamente, ela é um órgão de defesa dos funcionários. Na ocasião em que nós fomos eleitos para a presidência, procurei fazer uma diretoria que tivesse forte representação junto à administração da Câmara. Nós tínhamos condições de levar as reivindicações ao Dr. Luciano e ele levava adiante. Cada um de nós tem seu lado positivo e negativo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Cachorro bom e o cachorro mau!

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Isso. Então, os presidentes que me antecederam tiveram uma importância muito grande, mas não se preocuparam tanto com esse movimento de defesa do servidor. Eles se preocuparam mais em fazer crescer a Ascade como um clube de lazer, o que também é importante.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sua administração foi de quando?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Foi em 1977, 78, 79, 80 – mais ou menos por aí.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E os casos engraçados?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Nem foram bem engraçados. Por exemplo, o Dr. Luciano gostava muito da Ângela Maria. Promovemos vários bailes na Ascade trazendo artistas antigos. Ele me chamou: “Serejo, eu quero que você organize um baile na Ascade, no dia do funcionário público, 28 de outubro, e traga a

cantora Ângela Maria.” Eu disse: “Perfeitamente!” Saí em campo, entrei em contato com o empresário. Fechamos o contrato com o empresário e estava marcado o *show* com a Ângela Maria e o conjunto.

A rotina era a seguinte: feito isso, redigiria um expediente para a Câmara no sentido de que fosse promovido o baile. O Dr. Luciano não queria que a iniciativa partisse dele, e sim da Ascade – mas com o patrocínio dele. Então, formalizamos. Ele deu o “de acordo”. Mas quando o processo chegou à Diretoria, “aquele diretor lá de trás” disse: “Nego!” Nego! O Dr. Luciano me chamou e disse: “O diretor financeiro é contra, diz que não pode fazer.” E aí? Já estávamos com o contrato assinado, o evento divulgado.

Procurei novamente o Dr. Luciano para tentar contra-argumentar. Na hora em que estava conversando com ele, entrou na sala o tal famoso diretor. E ele foi radical: “Você rescinde o contrato!” Mas as coisas não são assim, não é? A partir do momento que você firma ali o seu nome, você tem que cumprir. Não é?

Resultado: eu falei: “Eu vou fazer o baile.” Não me lembro exatamente de quanto era o custo, mas para a Ascade, que vivia de contribuições de sócio e de venda de papel velho que arrecadava aqui, era uma fábula. Então, o que fiz? Vim à Câmara, peguei a relação dos fornecedores e saí de porta em porta vendendo mesas. E eles compravam. E eu fiz o baile. O Dr. Luciano compareceu, dançou muito, gostou muito, aplaudiu. Já o outro, nem apareceu.

Então, tenho muitas histórias para contar. Mas numa hora assim, a gente esquece. Se sentássemos em uma mesa de bar, teríamos muito o que conversar. Mas, no momento, muita coisa foge à memória.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor tem fotos dessa época, das atividades da Ascade, dos eventos?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Com certeza, vou procurar. Com certeza tenho fotos desses bailes. Com a Ângela Maria... Tenho também fotografias de um Concurso Miss Brasília – o então primeiro-secretário autorizou as despesas; ele ajudou.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Quem era Miss? Alguma funcionária da Câmara?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Não. Fizemos um concurso interno, algumas colegas aqui da Câmara participaram, mas quem ganhou foi uma

moça de fora. A que era da Câmara ficou em 5º lugar no concurso. Na época, o primeiro-secretário era o Dr. Matheus Schmidt. Tenho também algumas fotografias dele. Depois passo para vocês.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Isso, será muito interessante.

Alguém quer fazer alguma pergunta?

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Lembro-me muito do tempo em que jogávamos vôlei no Clube do Congresso e muitas das pessoas que estão vindo aqui para as entrevistas participavam desses jogos – o próprio Jolimar. Fala um pouquinho da relação das pessoas aqui dentro e nas atividades de lazer no Clube do Congresso.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Como falei no início, o Clube do Congresso era o ponto de encontro de fim de semana. A integração dos funcionários com os deputados se solidificava lá. Era hora de lazer. O Beto, que está ali, velho companheiro, também participou disso. O pai dele também freqüentava o Clube e era amigo dos funcionários. Todos nós nos relacionávamos muito bem. Jogávamos futebol com o Mário Covas, o Tarcísio Delgado, o Geraldo Guedes – ele ainda está vivo; de vez em quando encontro com ele e ele sempre mexe comigo me chamando de famoso ponta esquerda –, o Jolimar, o Hargreaves, o Eraldo. Era uma turma boa. Além de colegas de trabalho, éramos também companheiros, amigos de freqüentar a casa. Então, foi realmente uma época de ouro.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Era mais comum os deputados ficarem aqui no final de semana?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Ficavam, ficavam.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Hoje isso é raro, não é?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – O Clube do Congresso, nos fins de semana, estava sempre cheio de parlamentares. Você ia ao mercado, encontrava deputado. Você ia ao cinema, encontrava deputado, senador. Eles permaneciam aqui em Brasília.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Queremos então agradecer sua participação...

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Eu é que agradeço a lembrança. Gostei de ser chamado para essa entrevista e acho isso muito importante. Inclusive, há algum tempo, conversando com o Caetano... – ele ainda está na TV Câmara?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Agora ele está montando a TV Assembléia, do Rio.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Pois é. Falei com ele que tínhamos de fazer alguma coisa para resgatar, para preservar a memória do Poder Legislativo. Conversei com ele e ele gostou da idéia. E é isso aí – depoimentos de pessoas que trabalharam aqui durante a vida inteira. Com toda certeza, passei mais tempo aqui do que em minha casa. Não ficávamos aqui menos de 12 horas por dia – de 8 às 12h, de 13h30 às 18h30 e ainda voltávamos para a sessão noturna, às 9h [da noite]. Íamos embora às 2, 3, 4, 5 horas da manhã, na hora que acabava a sessão. No dia seguinte estava todo mundo aqui de novo, às 8 horas da manhã, feliz da vida. Ninguém se queixava de cansaço, ninguém reclamava do trabalho. Porque víamos que o trabalho era produtivo, tinha finalidade, tinha objetivo. E isso é a coisa mais importante para a pessoa que trabalha. Ou seja, você trabalha com vontade porque sabe que o resultado é algo positivo. Se isso não acontece, você carrega peso nas costas, fica contrariado, reclama, acha que está ganhando pouco, acha que o colega está te olhando com cara enviesada. Então, tudo fica ruim. Ao passo que, se há satisfação no local de trabalho, se a pessoa gosta do que faz, tudo está resolvido, tudo fica mais bonito.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Uma curiosidade pessoal. O pagamento extraordinário referente às sessões noturnas chegava a quase dobrar o salário?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Sim, dobrava o salário.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Eram diárias, não eram horas extras.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Sim, eram diárias.

O horário normal de funcionamento era de 13h30 às 18h30. De 8 às 12 horas era serviço extraordinário – pagava-se por hora. A cada 4 horas, pagava-se uma diária. Então, por cada dia trabalhado pela manhã, ganhava-se uma diária. E mais uma diária por cada sessão noturna. Por exemplo, a sessão começava às 21 horas e acabava meia-noite. Se começasse outra à meia-noite e meia, era outra diária. Então, trabalhávamos muito, mas ganhávamos bem.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – Isso que o senhor lembrou é interessante. Nessa época, às 18h30, as pessoas iam para casa, jantavam e voltavam à Câmara para as sessões noturnas. Era bem definido, sabia-se quem realmente fazia hora extra.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – E para tudo isso havia ponto. Todo mundo chegava no horário, ficava. Cumpria o horário.

PARTICIPANTE – Hoje, só há uma diferença: você chega às 9 horas e só sai quando termina a sessão – e não recebe tanto.

PARTICIPANTE – O senhor falou sobre o aspecto da vida social. Tenho uma curiosidade – e aí diz respeito mais à memória da cidade do que à da Câmara. De 1988 para cá, o Piantella se tornou um restaurante onde, à noite, faz-se reuniões políticas. O senhor se lembra de outras casas que tiveram essa função?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Não, tirando o Piantella...

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – A Churrascaria do Lago, no início.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – É, a Churrascaria do Lago. Ah, na 106 sul, havia um barzinho, era um restaurante do Rio, muito famoso – não me lembro do nome. Era um luxo o restaurante. As poltronas eram de veludo. Os garçons ficavam atrás de você, qualquer gesto, eles já atuavam. Era famosíssimo. Enfim, era o restaurante da alta sociedade, dos parlamentares. Perdoem-me, mas não lembro do nome.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O luxo desse restaurante destoava da cidade?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Sim, e não prosperou. Acho que com dois anos, no máximo, ele quebrou e foi embora.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Muito obrigada.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Obrigado, mais uma vez.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Obrigado.